

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.065 - GO (2019/0301053-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **CARLOS MARCIO RISSI MACEDO**
ADVOGADO : **CARLOS MÁRCIO RISSI MACEDO - GO022703**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
PACIENTE : **DANILO DA SILVA ANDRADE (PRESO)**
PACIENTE : **FABRICIO ARAUJO FARIAS (PRESO)**
PACIENTE : **LUIZ FERNANDO MESQUITA DE CAMARGO (PRESO)**
PACIENTE : **RAFFAEL BARBOSA DE OLIVEIRA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em nome de **Danilo da Silva Andrade, Fabrício Araujo Farias, Luiz Fernando Mesquita de Camargo e de Raffael Barbosa de Oliveira.**

Impugna-se o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás no HC n. 5524747.79.2019.8.09.0000, nos termos desta ementa (fl. 199):

Delação premiada. Acordo não homologado. *Habeas corpus* buscando efeito suspensivo em apelação. 1 – O acordo de colaboração premiada não foi homologado por ausência de previsão legal, não se evidenciando – por isso – coação ilegal no prosseguimento da respectiva ação penal. 2 – Habeas corpus conhecido e indeferido. Parecer acolhido.

Busca-se a imediata suspensão da audiência designada para o dia 16/10/2019, nos autos da Ação Penal n. 01801637363 (163736-88.2018.8.09.0051), em trâmite na Vara da Auditoria Militar da comarca de Goiânia/GO, bem como a marcha processual subsequente enquanto não julgada a Apelação Criminal n. 201900861580 (86158- 15.2019.8.09.0051) pelo Tribunal estadual.

De acordo com a impetração, esse recurso está relacionado ao pedido de homologação do acordo de colaboração premiada entabulado entre os pacientes e o Ministério Público.

Menciona a defesa que, no curso da ação penal os pacientes celebraram acordo de colaboração premiada nos termos da Lei n. 12.850/2013, contudo, o Magistrado *a quo* deixou de homologar o acordo de colaboração, com o fundamento de

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade em razão da inexistência de crime de organização criminosa dentre as imputações constantes da denúncia que deu origem a persecução.

Refere que o citado recurso de apelação não impediu a continuidade da marcha processual da ação penal na origem, tendo sido inicialmente designada audiência para realização de interrogatório de todos os réus no dia 9/9/2019 e, após o julgamento do mérito do prévio *habeas corpus*, remarcada para 16/10/2019.

Argumenta, em suma, que não é legal a realização do interrogatório dos pacientes antes do julgamento da apelação contra a decisão de não homologação do acordo firmado com o Ministério Público, porquanto a posição processual dos pacientes se altera conforme sua qualificação processual. Na condição de réus colaboradores, os pacientes obrigam-se a colaborar com a persecução, renunciando ao direito constitucional a não autoincriminação e silêncio previsto no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, comprometendo-se a confirmar em juízo todas as afirmações e demais elementos constantes de seus depoimentos constantes dos anexos do acordo de colaboração. E a não confirmação das declarações colhidas nos anexos importa em violação aos termos do acordo de colaboração, em especial ao previsto na Cláusula 17, e sua consequente rescisão, sem lhes aproveitar quaisquer dos benefícios dele decorrentes.

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção, estão vinculados à chamada *Operação Pacto de Silêncio*. A Sexta Turma já julgou, por exemplo, o RHC n. 111.782, conforme esta ementa (DJe 2/8/2019):

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. CRIMES DE TORTURA, OCULTAÇÃO DE CADÁVER E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 1º, I, A, ART. 3º, ÚLTIMA PARTE, ART. 4º, I, DA LEI N. 9.455/1997, ART. 211 DO CP, C/C O ART. 9º, II, C, ART. 53 DO CPM, ART. 288 DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. É legítima a prisão cautelar decretada com base em motivação concreta, tirada das circunstâncias que envolveram os crimes em apuração e da investigação realizada.

2. Caso em que a custódia preventiva do recorrente está devidamente fundamentada, ante a existência de indícios suficientes de autoria e dada a periculosidade revelada pela gravidade real da conduta delituosa (tortura qualificada pelo resultado morte, majorada por ser o recorrente agente público, e ocultação de cadáver), pelo *modus operandi* e pelas circunstâncias em que se deram os fatos. Ele e outros dez policiais militares, com o intuito de obter confissão/informações de um civil acerca da localização de uma arma de fogo, valeram-se de pisões, socos, choques elétricos e afogamentos, realizaram

Superior Tribunal de Justiça

maquiamento da cena do delito com a prestação de informações em documento público de circunstâncias fáticas que não ocorreram na abordagem policial e omitiram fatos que efetivamente ocorreram. Há, ainda, notícia de intimidação de testemunhas, inclusive com incêndio na casa de uma delas.

3. Os fatores considerados no decreto prisional justificam a custódia para a garantia da hierarquia e disciplina militares e inviabilizam a sua substituição por medidas cautelares diversas.

4. A análise mais detalhada da conduta de cada envolvido, inclusive a respeito do exercício de comando sobre os outros, somente será possível após e no decorrer da instrução processual, a via eleita não se presta para esse fim.

5. Recurso em *habeas corpus* improvido.

É o relatório.

No momento, pela leitura do trecho do acórdão a seguir transcrito, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida (fls. 198/199):

o acordo de colaboração premiada **não foi homologado por ausência de previsão legal**, não se evidenciando – por isso – coação ilegal no prosseguimento da respectiva ação penal.

À primeira vista, não há falar em violação aos termos do acordo de colaboração, se esse acordo não foi homologado. **Indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal local, inclusive a respeito do eventual julgamento da Apelação Criminal n. 201900861580 (86158- 15.2019.8.09.0051).

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator